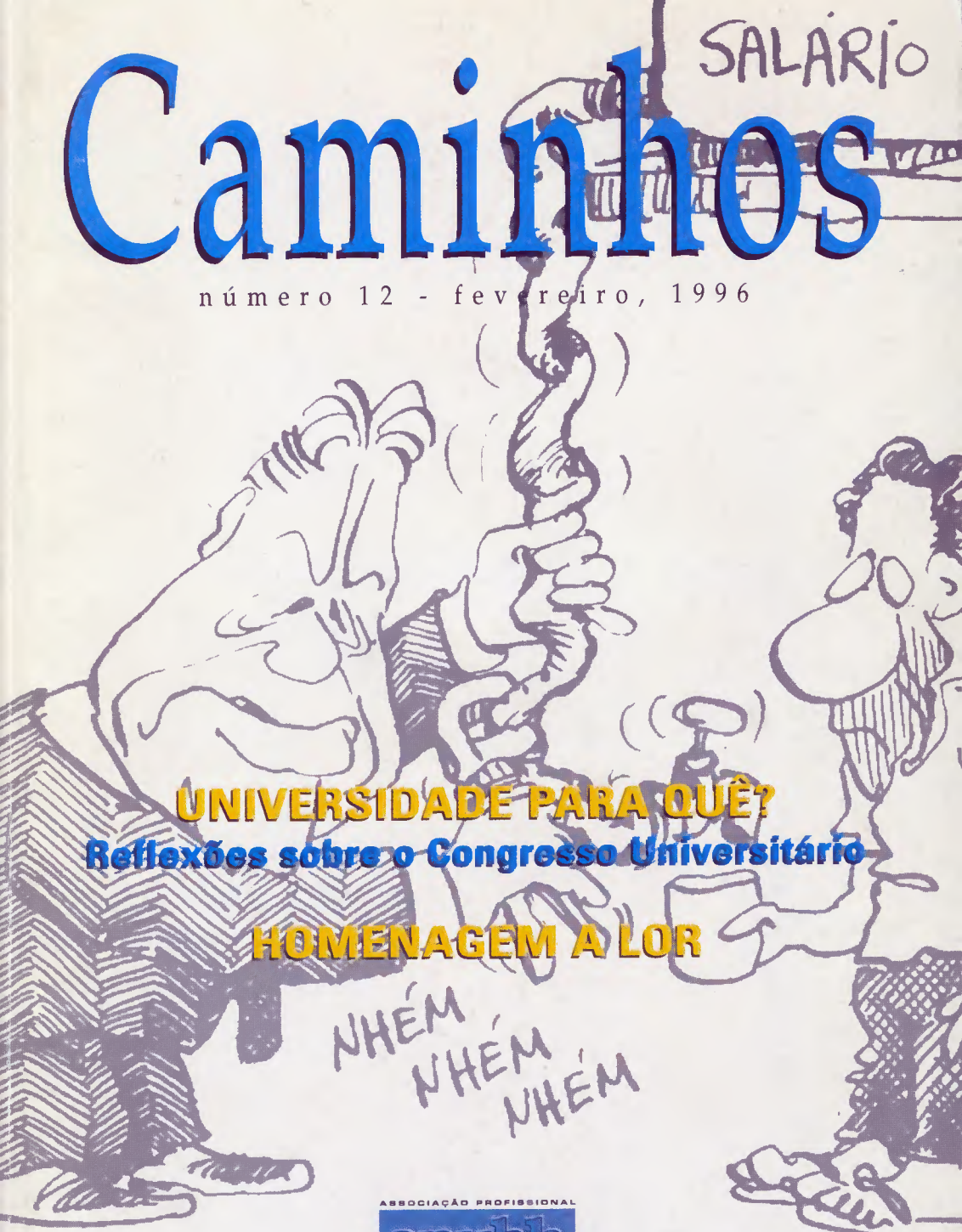
Caminhos

número 12 - fevereiro, 1996



UNIVERSIDADE PARA QUÊ?

Reflexões sobre o Congresso Universitário

HOMENAGEM A LOR

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
apubh
DOS DOCENTES DA UFMG

S U M Á R I O

EDITORIAL 3

UNIVERSIDADE *Universidade para quê?*
por Jacyntho Lins Brandão 7

Caminhos da Universidade
por Vera Alice Cardoso Silva 15

Congresso Universitário da UFMG: momento de reflexão
por Hilbert David 23

PESQUISA *Reflexões sobre o conceito de Linha de Pesquisa*
por Maria Aida Arancibia 39

DEPOIMENTO *Aposentadoria: um depoimento*
Eduardo Osório Cisalpino 49

INTERNAS *A Apubh e a Informática*
por Nelson Baumgratz 55

NAVEGAR É PRECISO 61

HOMENAGEM *Lor de Caminhos* 71

POESIA *Pedro Morote* 81

Caminhos

Revista da Associação dos Docentes da UFMG
Seção sindical da Andes-SN – Número 12 – fevereiro, 1996

Apubh
Rua Artur Itabirano, 70 – São José – Cep nº 31.275-020
Belo Horizonte, Minas Gerais – Tel. (031) 441-7211- Fax (031) 441-1303
Presidente
José Henriques Maia Filho
1º Vice-Presidente
Paulo Augusto Moreira Camargos
2º Vice-Presidente
Júlio Anselmo de Souza Neto
1º Secretário
Marco Aurélio Rodrigues
2º Secretário
Luiz Humberto Pinheiro
1º Tesoureiro
Júlio Maria de Paula
2º Tesoureiro
Túlio Jorge dos Santos
1º Suplente
Ciomara Maria Perez Nunes
2º Suplente
João Maurício
Conselho Editorial
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova
&
Humberto Coelho de Carvalho
Apoio
Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis
Edição e Revisão
Ricardo Arreguy Maia
Projeto Gráfico
Paulo Fatal/Ricardo Arreguy Maia
Ilustração
Paulo Fatal
Jornalista responsável
Rejane Dias dos Santos - MTb/DF 1376
Editoração Eletrônica/Pré-impressão
Paulo Fatal/Apubh
Fotolitos
Laserplus
Impressão
Segrac

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à Apubh no endereço acima. Os artigos deverão ter cerca de 120 linhas, enviados em disquete formato Mac ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato. O Conselho Editorial de *Caminhos* poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que excedam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

Editorial

"Um galo sozinho não tece uma manhã..."

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Num momento de grande perplexidade, não só para os professores, mas também para o restante da sociedade, sai o número 12 de *Caminhos*. Estão aí a nos afligir as idas e vindas da Previdência, o desemprego assustador, a Justiça sonolenta, a Educação e a Saúde sucateadas, a exclusão e discriminação sociais crescendo, o desrespeito à coisa pública e, não menos preocupante, o reajuste salarial posto em questão.

Em alta, a empáfia neoliberal. As propostas, às vezes acrítica e açodadamente assumidas pelos representantes do governo, costumam agudizar problemas já existentes e mesmo a criar novos, cujas soluções demandam delicadas operações de engenharia política. Carecendo aqueles representantes das habilidades e delicadezas pertinentes e não estando os movimentos sociais suficientemente organizados, é de se temer a desconsideração com que são tratados importantes valores próprios de uma

REVISTA CAMINHOS
nº 12 - fevereiro de 1996

sociedade aspirante à modernidade.

Neste número abriu-se espaço para a temática do Congresso Universitário, com a discussão de sua legitimidade, oportunidade e relevância. "Congresso Universitário para quê?", se pergunta um dos autores. "Para nos dar um mínimo de clareza sobre para que deve servir a Universidade", ele mesmo responde. "A comunidade universitária não está participando com o empenho necessário das atividades propostas", deplora outro e adverte: "Tal fato não deverá servir de desculpa para omissão de consciência". Outro autor tece críticas à organização do Congresso e seu caráter apenas consultivo, mas o vê como saudável oportunidade de gerar condições para a tarefa de democratizar a UFMG.

O possível papel das linhas de pesquisa como agente facilitador da integração do ensino, da pesquisa e da administração é debatido em outro artigo. Já a temática da aposentadoria recebeu surpreendente tratamento de um respeitado articulista. É conferir para ver.

Em "A Apubh e a Informática", é revelado ao leitor os modernos recursos de hardware e software à disposição de nossa entidade, quer para sua administração interna, quer para oferecimento a seus associados. Por sua vez, a recém lançada seção "Navegar é Preciso", na variedade de tons de seus excertos, procura atender à pluralidade de interesses de nossos leitores.

Neste número, *Caminhos* homenageia um de seus mais constantes e lúcidos colaboradores, retratista do sobrepasso, do pé em falso, da factuidade e da insensibilidade do poder. E encerra-se o volume com a sempre necessária dose de poesia.

As perspectivas para o ano entrante não são nada auspiciosas. Mensagens emitidas por próceres da "academia" do professor presidente anunciam, entre outras, as seguintes "boas novas":

a) não haverá reajuste para o funcionalismo federal em janeiro, pois a lei não obriga tal medida;

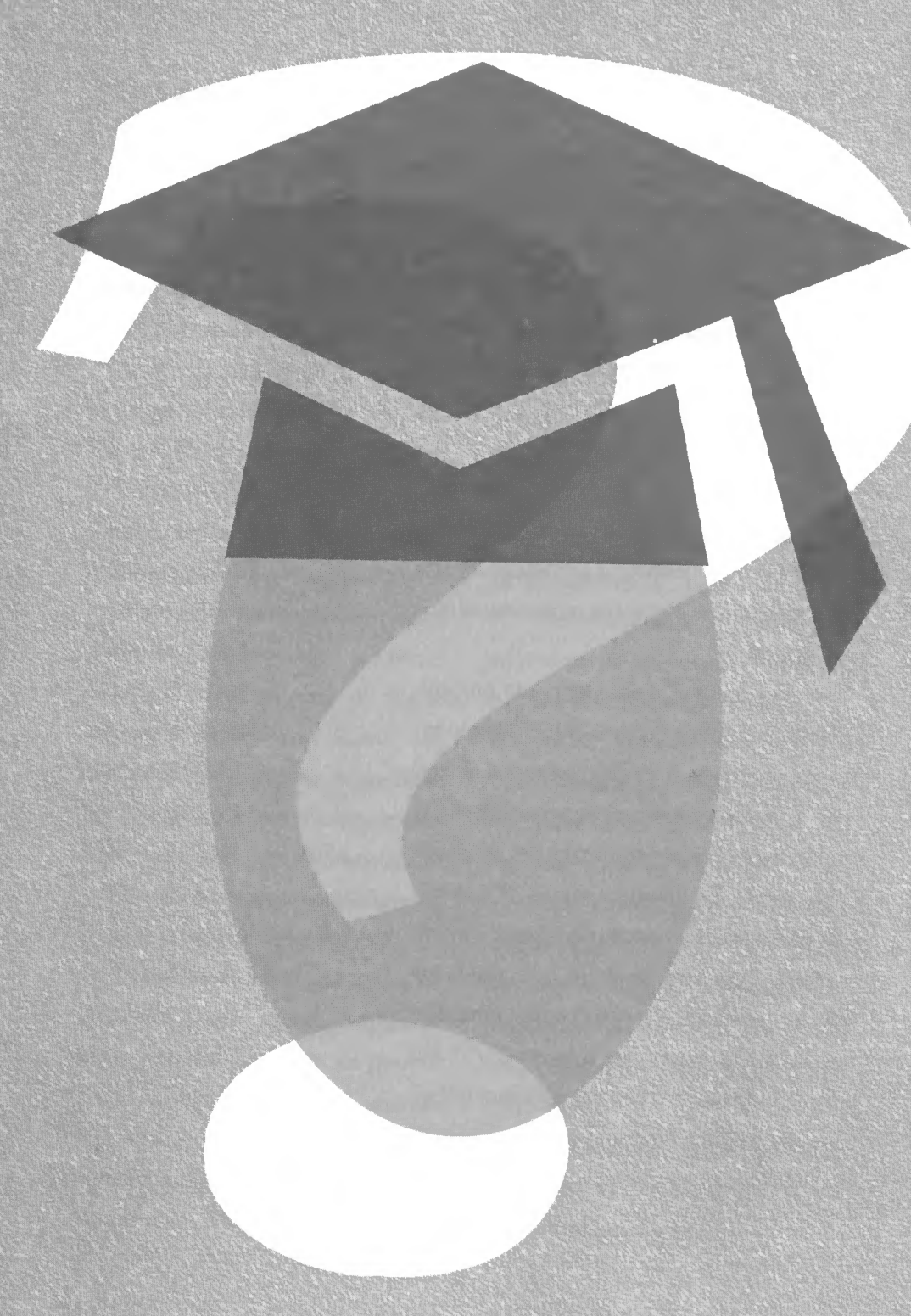
b) em resposta à estratégia de contenção de gastos, continuará proibida a venda de um terço de férias por parte do servidor;

c) o Siape corrigiria a tempo os pequenos enganos cometidos nas folhas de pagamento;

d) por causa do "desequilíbrio" econômico a incorporação das perdas dos planos econômicos não será efetivada;

e) para aumentar a receita do Tesouro, obrigar-se-ão os aposentados a descontarem da Previdência e processar-se-á à cassação do Art. 192 (acréscimo de 20% sobre os proventos destes servidores).

A continuidade deste elenco de proposições revela antes de tudo má gestão administrativa, caracterizada essencialmente por desrespeito às normas constitucionais, por beneficiar os grandes grupos econômicos e por insensibilidade diante das injustiças sociais. O antídoto para esse inaceitável estado de coisas é mais organização, mais participação da parte dos humilhados e ofendidos. Com elas conta a nova diretoria da Apubh, eleita para o biênio 95/97. Aos bravos companheiros que ora assumem o leme de nossa entidade desejamos pleno sucesso diante dos obstáculos que estão aí a nos desafiar.



UNIVERsidade

CONGRESSO UNIVERSITÁRIO PARA QUÊ?

Jacyntho Lins Brandão
Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vice-Reitor da UFMG

Há um conjunto de palavras e expressões que, desde algum tempo, vêm povoando o imaginário das universidades públicas brasileiras, como autonomia, titulação, evasão, avaliação institucional, orçamento global, matriz de distribuição de recursos, indicadores de desempenho, prestação de serviços, sistema de apropriação de custos etc. Muitas vezes são manipuladas como talismãs que conteriam a panacéia para o sistema das instituições federais de ensino superior e, nesse sentido, ainda que expressem anseios justificados, apresentam-se desenfocadas. Entretanto, sua própria circulação indica que se esperam mudanças na Universidade, diante de projetos e limitações do poder público.

O que há de cifrado nas palavras e expressões acima - que vão criando um verdadeiro código cujo deciframento acaba sendo acessível

apenas para iniciados - corresponde a toda uma outra esfera de demandas que também se colocam, com a mesma força, ainda que em outros registros de linguagem. Ela parte não da burocracia federal, mas de diversos segmentos da sociedade, envolvendo movimentos sociais, sindicatos, empresas, escolas de primeiro e segundo grau, governos estaduais e municipais. Assim, cobra-se da Universidade uma participação mais efetiva nos processos de desenvolvimento do país, do ponto de vista científico, cultural, econômico, social e político. Mensagem implícita nessas demandas: a Universidade brasileira precisa mudar, para corresponder às expectativas da sociedade em que se insere.

Ora, em princípio, todas essas provocações são legítimas, pois traduzem inquietações da sociedade de que a Universidade é parte. Mas a resposta a cada uma delas deve passar pelo crivo da reflexão da própria Universidade, não no sentido de que a instituição faça disso um escudo protetor contra imaginadas ameaças externas, mas como pré-requisito para que não perca sua própria identidade. O motivo é muito simples: a Universidade é nada mais nem menos que um dos diversos componentes do conjunto da sociedade organizada e só poderá exercer bem suas funções se fizer com competência aquilo que lhe cabe. Nesse sentido, trata-se de uma entidade curiosa: pode muito pouco e ao mesmo tempo pode muito. Não pode resolver, por exemplo, o problema crucial da injusta distribuição de renda no país, nem os problemas da saúde, da educação, da dependência científica e tecnológica, do aperfeiçoamento das instâncias democráticas; mas pode interagir em todas essas esferas - e em muitas outras - participando não só do encaminhamento e da discussão desses problemas, mas inclusive de sua proposição, permitindo seu reconhecimento como questões que de-

vem ser enfrentadas. Nesse sentido justificam-se as variadas demandas que caem sobre a Universidade, tão variadas justamente porque têm em vista uma instituição com essas características.

Não há dúvida, portanto, de que vivemos um momento diferente na vida da Universidade brasileira, especialmente das universidades públicas. Mudanças são necessárias, mas não devem ser feitas isoladamente, sem que se tenha em vista um projeto de Universidade para o Brasil contemporâneo. Caso contrário, estaremos correndo o risco de dar respostas genéricas para problemas pontuais, ou de banalizarmos questões de envergadura. Para dar apenas um exemplo: não podemos perder a bandeira da autonomia universitária - que sempre foi defendida pelas próprias universidades - reduzindo sua implementação à concessão, pelo Governo, de um conjunto de procedimentos que nos dêem um sentimento de alívio no meio do inferno burocrático a que se encontram hoje submetidas nossas instituições, sem que de fato possamos usufruir dos benefícios de uma autonomia plena, envolvendo um contrato de mútua responsabilidade da instituição com a sociedade, a multiplicação de nossos interlocutores externos, uma gestão responsável dependente de uma verdadeira mudança de mentalidade da comunidade interna e, principalmente, a possibilidade efetiva de crescimento, inovação e renovação.

É em torno dessas perspectivas e desses desafios que se espera que caminhe o Congresso Universitário. Até porque, antes de saber qual o modelo de Universidade que queremos, temos de conhecer os desafios e abrir espaço para que as expectativas sejam explicitadas. Isso supõe, minimamente, relativizar o lugar em que cada um de nós se insere, para pensar além das questões imediatas. Em seu conjunto e em

sua complexidade, a Universidade é um local em que, quotidianamente, se discutem e se encaminham soluções para os mais variados problemas. Quanto mais relevante ele é, mais longa a discussão, envolvendo diversos órgãos colegiados. Não seria portanto verdadeiro dizer que estamos despreparados para enfrentar os desafios que nos são apresentados também quotidianamente. No caso da UFMG, não creio que estejamos despreparados nem mesmo para o exercício da autonomia. Mas é preciso que exista o espaço para a discussão de conjunto, não atrelada à necessidade premente de encaminhamento de soluções. Até porque os encaminhamentos mais substantivos, que têm em vista as questões de fundo, dependem da construção coletiva de um projeto, em que a dimensão maior da Universidade se sobreponha aos interesses particulares.

A questão de fundo é uma só: queremos a Universidade para quê? Essa pergunta não pode decerto ser respondida isoladamente por cada um, reduzindo-se a Universidade e o mundo ao entorno de cada umbigo. Ela só terá eficácia se for uma resposta coletiva, que lide com a complexidade e que aposte no único meio disponível de coletivização: a comunicação e o embate de idéias. As nossas idéias individuais; as da instituição em seu conjunto; as das várias esferas da sociedade. Numa certa medida, é fora da própria Universidade que encontraremos os "para quê" que buscamos. Encontrarèmos, no mínimo, as provocações sobre as quais nos debruçarmos para pensar as mudanças necessárias no nosso fazer que, não podendo ser solipsista, também deve ser um fazer tipicamente universitário.

Num dos eventos do Congresso, acontecido há algumas semanas, em que se discutia uma política de comunicação para a UFMG, um dos participantes da mesa radicalizava

afirmando que política de comunicação institucional não existe, mas sim uma instituição que é ou não é importante no que faz e, se faz coisas importantes, tem o que comunicar e comunica com sucesso. Exageros à parte, num certo sentido, isso sinalizaria que o importante é o que é comum, no sentido tanto de que diz respeito às coisas comuns de que a vida é feita, quanto no sentido daquilo que se compartilha com quem está à volta. Esse comum é comunicável e pré-requisito para o diálogo. É base do processo educativo, funda a reflexão criativa, gera conhecimento, incita a consciência. Mas não nos iludamos com oposições fáceis: o comum é o que de mais complexo pode haver - assim como a vida é algo de absolutamente comum e, ao mesmo tempo, extremamente complexa.

A PERGUNTA SOBRE A FINALIDADE DA UNIVERSIDADE EXIGE UMA RESPOSTA COMUM

Assim, a pergunta sobre a finalidade da Universidade exige uma resposta comum, ainda que sua construção deva passar por todas as etapas de uma análise rigorosa em que os níveis de complexidade se explicitem. Apenas a partir do momento em que tivermos um mínimo de clareza sobre para que deve servir a Universidade, poderemos avaliar a eficácia das propostas com que temos de nos defrontar e tomar posição. Por exemplo, não tenho dúvidas de que a Universidade deva ser avaliada: mas avaliada para quê? É inevitável que coopere com o sistema produtivo e com os movimentos sociais, mas com que finalidade? E assim por diante. A própria sucessão de perguntas nos levaria a indagar: Congresso Universitário para quê? Como todas as demais respostas, também essa

só pode nascer de uma experiência comum, cuja clareza, eficácia e sucesso dependem do quanto a comunidade universitária se disponha a se engajar nesse processo.


UNIV
IRSID
ADE

UNIVERsidade

CAMINHOS DA UNIVERSIDADE

Vera Alice Cardoso Silva
Professora do Departamento. de Ciência Política da UFMG

O Congresso Universitário, instalado na Universidade Federal de Minas Gerais em setembro passado, já produziu um belo resultado. Trata-se do rico material de reflexão posto em circulação pelos expositores que participaram dos *Painéis de Novembro*.

Foram oito painéis, que trataram de temas cruciais para o planejamento da organização e da política universitárias no contexto da autonomia: as relações entre o ensino fundamental e o ensino superior; a estrutura departamental; a emergência de novas áreas de conhecimento e as concepções de disciplinas e cursos; os cursos noturnos; o papel da Universidade no desenvolvimento regional; as relações desejáveis entre a Universidade e o sistema econômico; os desafios da avaliação institucional; as relações desejáveis entre a Universidade e os movimentos sociais.

As exposições dos painelistas e os debates provocados serão devidamente entregues ao conhecimento público através dos *Cadernos da UFMG*. Esta publicação foi idealizada justamente para servir de veículo de divulgação de idéias sobre a Universidade, sua estrutura, seu funcionamento, seus problemas atuais, suas perspectivas no futuro próximo e de mais longo alcance, gerando novos posicionamentos e propostas de mudanças que mobilizem a UFMG e preparem-na para responder a demandas e desafios que a sociedade vem colocando às universidades.

Vale assinalar aqui, para reflexão da comunidade universitária, que a UFMG não se mobilizou para estar presente nestes painéis. Mas a ausência no evento não poderá servir de desculpa para a omissão da consciência. Como afirmou a profª. Eunice Durham, secretária de Políticas Educacionais Especiais do MEC e uma das expositoras no painel que discutiu a avaliação institucional, a autonomia decorrente da implantação do orçamento global forçará as universidades a terem total clareza de seus objetivos, prioridades, limitações e potencialidades. O governo federal repassará os recursos financeiros e cobrará depois o relatório de sua aplicação, devendo as Universidades "mostrar serviço". Os *Painéis de Novembro* indicaram várias linhas e dimensões de reflexão sobre o que seria ou deveria ser esse "serviço"

Merecem destaque alguns pontos de convergência nas análises propostas pelos diversos expositores, evidenciados nos debates subseqüentes. Para ordenar sua apresentação, vou distingui-los em dois grupos de questões.

O primeiro refere-se às concepções sobre a Universidade, seu papel e funções sociais que cumpre ou deve cumprir. O segundo engloba a discussão das relações da Universidade com seu ambiente externo, mais especificamente com o governo fede-

ral, com o sistema econômico e a sociedade amplamente considerada.

Ao falar de pontos de convergência nas visões sobre estes temas, quero destacar não o compartilhamento de opiniões e valores, mas a percepção de que há um conjunto de questões polêmicas sobre as quais a comunidade universitária deverá forçosamente posicionar-se. Não há como enfrentar e realizar a autonomia sem definição firme sobre elas.

No primeiro grupo de questões, destaca-se a convicção de que é preciso rever o conceito de que o ensino de 3° grau confunde-se com a Universidade e só se realiza nela.

Este tema foi abordado de diferentes perspectivas, o que indica a sua complexidade. Nesta discussão, destacam-se algumas teses polêmicas:

1ª) o país carece de uma reforma universitária que ofereça alternativas de formação de 3° grau, ou seja, ao lado das universidades, concebidas como instituições onde se processa o ensino e onde se produz pesquisa, deveriam ser organizadas escolas superiores dirigidas para a formação profissional;

2ª) não deve haver aumento do número de universidades, pois estas são instituições extremamente caras. As que já existem deveriam ser avaliadas em função de sua capacidade de serem simultaneamente centros produtores de pesquisa e de conhecimento e centros de ensino. As consideradas insuficientes nessa complementaridade seriam transformadas em instituições de ensino superior;

3ª) a Universidade só continuará a realizar-se como instituição especial se for capaz de adaptar-se ao maior desafio de nosso tempo, que é o de formar mentes capacitadas a perceber a complexidade de todos os fenômenos que são objeto da ciência, quer seja esta biológica, exata ou social. Nesse sentido, impõem-se reformas drásticas de currículos, superando-se a visão convencional da divisão do saber em disciplinas estanques. A Universidade do futuro tem de se realizar na dimensão

da transdisciplinaridade;

4ª) a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão de fato não se realiza. A pesquisa tende a ser mais valorizada que o ensino e a ser vista como vinculada à pós-graduação. É crucial a valorização do ensino como tal e a difusão da atitude de compromisso igual de professores e pesquisadores com a graduação, como o que têm com a pós-graduação;

5ª) a estrutura departamental deve ser revista. Tal como funciona, não tem melhorado e tornado mais eficiente a administração universitária, nem propiciado maior integração e cooperação entre os professores e pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento. Sobre este tema, foi particularmente enfatizada a dificuldade de gestão dos cursos de graduação, dada a divisão de atribuições, responsabilidades e competência das câmaras departamentais, colegiados de curso e congregações de unidades acadêmicas;

6ª) deve ser radicalmente modificada a relação entre os ciclos básicos e os ciclos profissionais, de modo a permitir que os primeiros - caso sejam mantidos - funcionem como preparação teórica dirigida para o ciclo profissional (note-se que esta tese entra em choque com a proposição do princípio geral da "formação para futuro", a saber, o da preparação de "mentes polivalentes", abertas para a complexidade dos objetos do saber, e não para a formação profissional concebida de modo restritivo);

7ª) a Universidade deve ampliar o número de cursos noturnos, levando em conta a realidade sócio-econômica do grupo que aspira a formação superior. Ou seja, considerada legítima esta demanda, deve reconhecer-se que o aluno dos cursos noturnos trabalha e pertence, geralmente, a camadas sociais de renda mais baixa, do que decorre outro tipo de repertório de conhecimentos e habilidades prévias. Assim sendo, deve fazer-se a distinção entre cursos diurnos e noturnos (note-se que as uni-

versidades e escolas superiores particulares têm respondido a esta demanda social, sem que haja praticamente nenhum controle público da qualidade do produto que vendem).

Consenso

No que se refere às relações da Universidade com seu ambiente externo, múltiplo e diversificado, algumas teses foram amplamente partilhadas por conferencistas e participantes dos debates:

1ª) a Universidade deve abrir-se mais para a cooperação com o sistema econômico. Para isto, tornam-se necessárias algumas mudanças cruciais. Por um lado, é preciso que se institucionalize a valorização acadêmica das áreas profissionais, ou seja, os padrões de avaliação do trabalho ou produtividade acadêmica devem incorporar essa especificidade da pesquisa aplicada, cujos resultados não assumem as formas convencionais daqueles decorrentes da pesquisa básica;

2ª) a pesquisa, básica ou aplicada, deve ser definida por necessidades/demandas sociais. Ou seja, professores e pesquisadores não podem ignorar, ao organizar o ensino e projetos de trabalho, as condições e problemas da região em que atuam e do país como um todo. Assim sendo, a sociedade deveria ter mecanismos para se pronunciar sobre a relevância e a qualidade do que é produzido e veiculado com o rótulo de trabalho acadêmico;

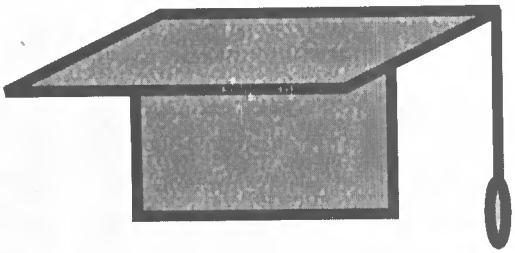
3ª) a noção de prestação de serviços deveria ser ampliada para incluir, também, a ação propositiva da própria Universidade, identificando necessidades sociais, antecipando-se ao poder público nas iniciativas de projetos de intervenção corretiva, preventiva ou indutiva, em situações específicas. Alguns conferencistas, como por exemplo, a secretária de Estado da Educação, Profª. Ana Luiza Machado Pinheiro, o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Stefan Salej e o secretário de

Estado da Ciência e Tecnologia, Mauro Lobo Martins Júnior, comentaram o que se poderia chamar de "papel de pedagogia social" da Universidade, decorrente da capacidade própria desta instituição, de identificar sistematicamente problemas de desenvolvimento e de funcionamento e de produzir diagnósticos, antes mesmo que autoridades públicas ou dirigentes privados tenham sido sensibilizados para tais problemas. Em outras palavras, a Universidade deve funcionar como indutora de concepções de mudanças na ordem econômica e na ordem social.

Para quem acompanhou todos os painéis, a grande conclusão é que a Universidade precisa mudar. Ficou bastante claro, igualmente, que a reflexão conseqüente sobre os recursos desejáveis da mudança exige aprofundamento das teses difundidas através dos *Painéis de Novembro*. Estas teses têm implicações complexas e muitas são bastante polêmicas.

A UFMG vive um momento privilegiado em que pode escolher, no limiar da "era da autonomia", se quer construir o seu futuro ou se quer, simplesmente, ser levada por acontecimentos e forças externas a ela.

CONGRESSO



UNIVERSITÁRIO



UNIVERsidade

CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UFMG: MOMENTO DE REFLEXÃO

Hilbert David
Coordenador de Formação da Fasubra-Sindical e trabalhador técnico-administrativo do Instituto de Geociências da UFMG

I. Introdução

Para refletir acerca do "Congresso Universitário da UFMG" acredito ser imperativo contextualizá-lo em sua conjuntura e considerar aspectos internos das relações instituídas nas universidades brasileiras, bem como da conjuntura nacional. Ao mesmo tempo, referenciá-lo historicamente é fundamental para conferir ao mesmo algum sentido nos marcos da luta pela democratização das universidades.

Não pretendo, neste artigo, apresentar idéias originais e nem muito menos que possuam a pretensão de "verdade". Boa parte delas podem ser consideradas síntese de uma série de debates - formais ou informais -, dos quais tive a oportunidade de participar tanto no âmbito da Fasubra-Sindical, quanto da UFMG ao longo de minha atuação no que chamo

de "movimento universitário".

Procurarei apresentar o ponto de vista de uma categoria profissional que, pelo processo de constituição da instituição universitária, vem sendo excluída, e por que não dizer oprimida, em suas relações internas: os trabalhadores "técnico-administrativos" das IES, particularmente, das universidades públicas brasileiras.

Construindo novos referenciais de identidade coletiva com o conjunto da classe trabalhadora, esta categoria foi capaz de se rebelar seja contra a ordem vigente seja contra as relações então instituídas, iniciando um processo de construção de sua cidadania e de sua identidade profissional, para ir conquistando, nas lutas cotidianas, uma nova condição profissional e de vida.

II. O Congresso Universitário e as Lutas Democráticas

Acompanhando as mudanças em curso na sociedade brasileira, começam a ser engendrados dentro das universidades, ao final da década de 70, novos sujeitos políticos coletivos.

Após um grande período de resistência, no qual o movimento estudantil desempenhou papel de destaque, no final dessa década, sob a égide da luta pela Anistia e pelo fim da ditadura militar - e em consonância com os movimentos democráticos em curso, surge dentro das universidades de forma clara um movimento sindical. Nesta época, outros trabalhadores, como os do ABC e da construção civil, iniciam um novo ciclo do movimento sindical brasileiro, estabelecendo uma ruptura com as relações até então instituídas, fruto das imposições do modelo Vargas-CLT. Processo que culmina com a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Ao lado dessas lutas e reivindicações, há o claro objetivo de construção da cidadania dos trabalhadores do serviço público e, em particular, a construção de uma identidade profissional e política

para os trabalhadores técnico-administrativos. Nossa identidade enquanto profissionais da Educação, sujeitos ativos do processo coletivo de trabalho da Universidade, ou seja, participantes diretos de suas atividades finalísticas de produzir e transmitir conhecimento centra-se no tripé indissociável do ensino-pesquisa-extensão.

Este movimento, desde a sua origem, embora engendrado a partir das associações existentes até então, representou a ruptura com o modelo sindicalista oficial vigente, afirmando seu caráter independente e classista, assumindo o compromisso com a prática da liberdade e da autonomia sindical e com a construção de uma alternativa global de sociedade e de seu entendimento enquanto sujeito político na construção de um novo projeto de Universidade.

É nesse context, que ganha fôlego a luta pela democratização das universidades, ou seja, pela realização dos congressos e estatuintes universitárias, pela autonomia, pela conquista dos direitos de greve, sindicalização e negociação coletiva para os servidores públicos e pela adoção de novos modelos gerenciais que democratizassem efetivamente o acesso e as condições de trabalho (planos de carreira, RJU, etc.), além de outras lutas.

A realização dos congressos e estatuintes universitárias surge como a afirmação da possibilidade de construção coletiva de novos referenciais para a Universidade, capazes de engendrar um novo modelo, um novo projeto que levasse à afirmação de rupturas com a marca autoritária a ela imposta. Autoritarismo herdado não só da ditadura militar, mas também de suas vinculações e origens elitistas, aqui traduzidas como a apropriação, pelas classes dominantes, do saber nela produzido.

A vinculação da idéia dos congressos universitários a este processo coletivo (deixando claro que ele não é propriedade de um só segmen-

to dos movimentos sociais que aí atuam), poderá afirmar novos valores e novas práticas, tanto nas suas relações internas de poder e produção, quanto, e sobretudo, nos seus compromissos para com a sociedade, em particular para com os trabalhadores e com o imenso contigente de excluídos pelo *apartheid* social brasileiro.

Assim, a realização do Congresso Universitário da UFMG, a depender dos fatores que atuam em sua conformação, poderá representar - em tese - a expressão e efetivação de uma estratégia de democratização das universidades. Mas este instrumento, mesmo sendo proposto e reivindicado por uma iniciativa democratizante, pode acabar por servir para a legitimação da estratégia das elites de manter e aprofundar o seu caráter autoritário, só que agora legitimado por congressos universitários.

É imperioso pois tecer algumas considerações acerca da conformação e do momento conjuntural no qual o Congresso Univeristário se insere, avaliando assim suas possibilidades e debilidades para o cumprimento de sua vertente democratizante. Esta, embora essencialmente vinculada aos mecanismos de participação, estará mais explicitada pelos compromissos que o Congresso seja capaz de assumir do que pela sua forma de organização. Dito isto, passemos a analisar alguns dos fatores que o conformam.

III. O Congresso, a Universidade e a Conjuntura interna da UFMG

Em primeiro lugar é preciso deixar consignado que - à despeito de outros aspectos merecedores de uma análise crítica mais profunda - a iniciativa da atual Reitoria de convocar este Congresso significa, de forma inequívoca, o cumprimento de um de seus mais importantes compromissos de campanha.

No entanto, mesmo tendo esta iniciativa o apoio do Conselho Universitário - e talvez por causa disto, a

forma de sua organização merece críticas. Sobretudo pela inexistência de qualquer processo de construção de "representações", as quais, com a devida "delegação de poder", lhe atribuíssem algum caráter deliberativo. Mesmo que, apesar de sua forma de organização, o Congresso chegue a conclusões, essas somente terão possibilidade de aplicação se houver posterior concordância dos colegiados superiores da UFMG, em particular do Conselho Universitário. Este Congresso carece, assim, do poder autônomo de efetivação da vontade coletiva da comunidade - universitária e externa .

FALTOU DELEGAR PODER E ATRIBUIR CARÁTER DELIBERATIVO AO CONGRESSO UNIVERSITÁRIO

Esta crítica inicial é importante pois é este caráter consultivo (por assim dizer) que distancia o Congresso Universitário da UFMG de seu fundamento nas lutas sociais travadas no interior da comunidade universitária. No entanto, sua existência constitui-se em importante ruptura com o *status quo* que marca as relações universitárias. Aponta-se assim, ainda que de forma debilitada, para a afirmação de novas formas de organização de suas relações de poder, internamente ou com a sociedade em geral.

Acredito que este caráter "consultivo" decorre do próprio sentimento de autodefesa da academia. Esta, como é natural - expressando sua marca elitista - luta por não permitir a desconstituição de seus instrumentos de controle, centrados no paradigma da "hierarquia do saber", o qual justifica toda a estrutura de poder existente no interior das universidades. Poder decorrente, e ao mesmo tempo perpetuador, da concentração do "saber" na categoria docente, mesmo

que à custa de absurdas contradições, como o impedimento do acesso de servidores técnico-administrativos (ainda que muitas vezes de forma velada) às funções de direção tipicamente técnico-administrativas, em oposição (mesmo que não seja esta nossa leitura) às funções tipicamente acadêmicas.

Por outro lado, o momento atual é radicalmente distinto daquele existente quando começou a ser forjada a idéia dos congressos e estatuintes universitárias. Àquela época vivíamos um momento em que, apesar de estarem os trabalhadores na defensiva do ponto de vista econômico, do conflito distributivo, encontravamo-nos na ofensiva política nos embates contra as elites. Hoje, ao contrário daquela conjuntura, estamos na defensiva, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político, resistindo ao avanço do projeto neoliberal do governo FHC.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais no interior da UFMG em geral e dos servidores técnico-administrativos (TA's) em particular, vivem aspectos próprios do quadro de crise que perpassa toda a esquerda, após as profundas mudanças operadas na correlação de forças e em seu próprio ideário em nível mundial. Vivemos os reflexos de uma grave crise de nosso modelo de organização, potencializada pela crise ética presente em nossa sociedade. Tolhem-se, assim, as iniciativas de enfrentamento, contribuindo-se para o aprofundamento da tendência às soluções individuais frente aos problemas coletivos, típicas deste momento de avanço das teses neoliberais. Embora seja marcante a influência do quadro de crise sobre os movimentos internos na conformação do Congresso Universitário da UFMG, não aprofundaremos aqui nossa análise.

A realização do Congresso estará condicionada ao grau de tensão

existente entre estes dois contextos. As possibilidades de êxito político no cumprimento de sua função estratégica de contribuir para a democratização efetiva da Universidade, vai depender não só de nossa compreensão das questões envolvidas, mas também de nossa capacidade de superar nossas próprias debilidades. Para resgatarmos o sentido histórico de nossa luta precisamos nos organizar para alterarmos a atual correlação de forças.

OS PLANOS DAS ELITES PARA A UNIVERSIDADE INSEREM-SE NAS TESES NEOLIBERAIS

IV. O Congresso, a Universidade e a conjuntura atual

O Congresso Universitário da UFMG tem início numa conjuntura marcada por mais uma onda de violência sobre as universidades públicas federais, contra a qual tem se insurgido, ainda que de forma parcial e insuficiente, seus movimentos internos. No entanto, desta vez, as proposições reeditadas pelas elites para a universidade vêm inseridas num contexto mais explícito e mais amplo marcado pela idéia da "reforma do Estado", a qual, obviamente, dada a característica do atual governo, tem um claro sentido de radicalização das teses neoliberais do "Estado mínimo" e do "mercado máximo".

Em seu documento de diagnóstico intitulado "Plano Diretor de Reformas do Aparelho do Estado", o ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, inclui as universidades, e as instituições de pesquisa científica e tecnológica, bem como os hospitais e outras, no setor que denomina de "serviços competitivos". Estes, segundo ele, caracterizam-se pela "disputa de mercados" com competidores do que chama

"setor público não-estatal e da iniciativa privada", ofertantes de serviços sociais mais eficientes e baratos, sobretudo em decorrência de sua forma de administração, qual seja, a administração gerencial, que encontra na eficiência seu principal valor.

No documento do governo, o Estado deve estar limitado "àquelas funções que lhe são próprias, deixando, em princípio, os serviços para o mercado, para a iniciativa privada". Assim, o Estado deve atuar diretamente apenas nas funções de financiamento e na coordenação das políticas públicas, deixando ao mercado a responsabilidade pela sua implementação.

Mesmo que suas novas instituições sejam denominadas não-públicas, sob uma forma de propriedade denominada "organizações sociais", estas nada mais são do que instituições de direito privado, que passariam a ser financiadas e geridas mediante o que é chamado de "contratos de gestão".

Decorrência direta deste modelo de organização é a desobrigação do Estado para com a prestação direta dos serviços sociais e, com isto, o seu progressivo afastamento da responsabilidade para com a manutenção da esmagadora maioria dos trabalhadores e dos serviços públicos por eles ofertados à sociedade. Em que pese o esforço do ministro em distinguir seu modelo de Estado do modelo neoliberal, é difícil imaginar um Estado mais "mínimo" do que o proposto por ele.

Calcado ainda no paradigma de que a grande causa dos males de nossa sociedade é o déficit público, e que este é conseqüência do enorme contingente de servidores públicos ineficientes no cumprimento de suas funções - em decorrência da existência da estabilidade -, propõe o governo FHC um conjunto de propostas de reforma da Constituição que visam gerar as condições para a implantação de suas teses.

A chamada "reforma da administração pública" pretende, de um lado, liberar o poder executivo dos

constrangimentos legais que limitam sua capacidade governativa. De outro, radicalizar a política de desmonte dos serviços públicos e adquirir o poder de extinguir, fundir, transferir e criar órgãos e cargos sem o crivo direto do Congresso Nacional. Procura, ao evocar para si a tarefa de legislar e, em muitos momentos, de interpretr as leis, institucionalizar o poder quase monárquico que vem exercendo em suas relações com a sociedade e com os poderes legislativo e judiciário.

Ao apresentar o governo um conjunto de emendas constitucionais que objetivam a radical reforma das relações de trabalho na função pública, o Governo aponta para um quadro de maior precariedade e diferenciação das condições de trabalho do conjunto dos servidores públicos, no âmbito dos três poderes, instituindo o "regime do terror" como base de sua "administração gerencial".

Procura o governo, sem nenhum pudor, aplicar na relação da função pública tudo aquilo que os empresários gostariam de fazer na relação da função privada mas que, ainda circunscritos por uma série de fatores, não conseguiram realizar. No entanto, as reformas propostas são o arcabouço das intenções das elites para a reforma das relações de trabalho também na esfera privada. Comprova isto a quebra de princípios básicos como o da isonomia, ou seja, mesmo trabalho, mesmo salário e o da irredutibilidade dos salários.

No âmbito específico da Educação, as propostas do governo marcham no mesmo caminho, sendo que velhas teses há muito repudiadas estão sendo ressuscitadas, embora algumas com novas roupagens. Como exemplo, a conhecida política de criação dos Centros de Excelência e a quebra do sistema federal de ensino, dentre outras, derrotadas em pelo menos dois momentos anteriores: à época da Nova República, com o famoso projeto Geres, e nos

tempos do catastrófico governo Collor, com os chamados "Projetão" e "Projetinho".

Não por coincidência, as propostas ora veiculadas pelo governo FHC são semelhantes às anteriores. É a mesma a matriz ideológica que presidiu as alianças de sustentação dos governos instituídos nestes três momentos. Embora resguardando cada qual suas particularidades, a proposta do atual governo procurou revestir-se de um certo charme intelectual e acadêmico. Ao contrário do governo Collor, que fez questão de explicitar suas posições, o governo FHC mascarou as suas. Pior ainda, o presidente sociólogo, após a sua posse, passou a negar, ou a esquecer, o que por escrito afirmou em seu programa de governo.

Reproduzimos a seguir algumas promessas do livro intitulado "Mãos à Obra Brasil - Proposta de Governo", de Fernando Henrique Cardoso (Brasília, s. ed., 1994):

"(...) Adotar uma política agrária realista e responsável, com assentamento de 40 mil famílias no primeiro ano; (...)" [pág. 103];

"(...) Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico nas universidades e nos institutos de pesquisa, estimulando o seu potencial de contribuição para o conhecimento da realidade brasileira e o avanço do país (...)" [pág. 122];

"(...) Considerar a geração de empregos como critério central de todas as suas ações (...)" [pág. 127];

"(...) Dar continuidade à política de estabilidade de preços instituída pelo Plano Real, rejeitando qualquer ação deliberadamente recessiva (...)" [pág. 137];

"(...) Apoiar mecanismos e estratégias que reforcem a negociação e a contratação coletiva, bem como a participação dos trabalhadores na gestão e nos resultados da empresa, (...) [pág. 146].

Estas passagens dedicadas aos servidores públicos:

"(...) o problema da administração pública não está no excesso de funcionários. Houve até uma diminuição do número de servidores e funcionários federais (...). Esse efetivo, seja em relação ao número de habitantes ou a força de trabalho, é muito inferior ao encontrado na França, na Inglaterra ou na Itália, por exemplo (...)" [pág. 187].

AS PROPOSTAS DO GOVERNO FHC NEGAM AS PREGAÇÕES DE CAMPANHA

Mais adiante, após tecer considerações sobre o que considera distorções afirma que para sua correção são exigidas pelo menos três medidas:

"(...) a consagração do concurso público, organizado de forma adequada a cada função, como princípio inflexível de admissão. A segunda é o estabelecimento de um plano de carreira (...) A terceira, conjugada à anterior, é uma política de formação profissional e de reciclagem de pessoal (...)" [pág. 188].

As políticas que vêm sendo adotadas pelo atual governo, bem como suas propostas de reforma, em particular no tocante à questão do Estado, por si só evidenciam o distanciamento e, na prática, a negação da pregação feita durante a campanha eleitoral. A mídia tem fornecido farto material que comprova este distanciamento. A questão do emprego, da reforma agrária e as propostas do governo para a reforma do Estado são exemplos dessa postura.

No tocante ao quadro conjuntural das universidades, a situação é ainda mais grave face à crise orçamentária que estas atravessam, vítimas da "racionalidade" dos economistas do governo federal, quer seja na "área econômica", quer seja em

outras áreas. Para se ter uma idéia da dimensão dos problemas ora enfrentados, as três universidades estaduais paulistas têm, em conjunto, aporte direto de recursos financeiros da ordem de R$1 bilhão/ano em 1995, enquanto as 52 IES, recebem um aporte de cerca de R$ 5 bilhões.

Tal questão é fundamental para se avaliar a importância do Sistema Federal de Ensino para a democratização do acesso às universidades. Para se ter uma idéia, o estado de São Paulo detém cerca de 33% do PIB brasileiro. Concentra participação maior do que das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que juntas alcançam apenas cerca de 27% do PIB. Isto para uma população de cerca de 31,5 milhões de habitantes em São Paulo, e de 62,14 milhões nas três regiões - respectivamente 21,47% e 42,3% da população brasileira.

Por fim, para concluir o esboço de caracterização do quadro conjuntural, cito trecho de recente artigo do prof. Ivan Izquierdo, titular do departamento de bioquímica da UFRGS, qualificado pela Folha de S. Paulo como o pesquisador mais citado do Brasil. Ao comentar pronunciamento recente do presidente FHC, que prometia duplicação ou triplicação do atual minguado orçamento para Ciência e Tecnologia, afirmou: "(...) com o primeiro ano fiscal do governo FHC já quase no fim, na verdade, aumento real nas verbas de pesquisa não têm havido nenhum. O que houve sim, foi uma inflação de 50% em dólares nos últimos 18 meses, a qual não tem ajudado nem a ciência, nem a tecnologia, nem os exportadores, nem o turismo, nem ninguém - só os que vão fazer compras em Miami (...)".

V. Perspectivas para o Congresso Universitário

Não me restam dúvidas sobre a necessidade de considerar os debates no contexto da reforma do Estado sob pena de que, ao final de sua realização, suas eventuais con-

clusões não serem capazes de conferir qualquer sentido prático e sequer o *status* de "carta de intenções" - que, por sua conformação, tende a ser.

É preciso direcionar nossos debates à luz da luta histórica de resistência que marca a Universidade brasileira e dos movimentos sociais nela desenvolvidos, .Temas como autonomia, gestão de relações de trabalho, democratização das estruturas de poder das universidades, etc., deveriam ser aprofundados.

Obviamente, a tarefa de democratizar a Universidade transcende as possibilidades de um Congresso Universitário. Cabe ao mesmo, porém, gerar condições objetivas para a continuidade deste processo, sendo pois imprescindível aprovar propostas que viabilizem um exercício mais amplo da cidadania na vida interna da Universidade. Tal perspectiva nos remete à análise e à criação de espaços que possibilitem a atuação permanente da sociedade, e em particular do conjunto da classe trabalhadora e dos setores mais excluídos, tanto na elaboração como no controle e implementação das políticas públicas relacionadas à Universidade.

Acredito, portanto, que somente com o desenvolvimento de controle social sobre a esfera pública em geral, e sobre as universidades em particular, estaremos caminhando para a superação da crise do Estado brasileiro. Crise que, no caso particular das universidades, as fazem viver permanentemente sob tensão e com grandes dificuldades de legitimação social, possibilitando os permanentes ataques das elites interessadas em sua privatização.

No contexto de globalização da economia mundial, o grande diferencial entre as diversas nações, mais do que nunca, é a capacidade de produzir, autonomamente, conhecimento científico e tecnológico. Neste sentido, as universidades têm papel fundamental em nossa capacitação para engendrar um

novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, que resguarde sua autonomia enquanto nação.

Para o cumprimento de sua função social, é imperativo que a Universidade estabeleça suas relações, de forma a colaborar efetivamente para que o conjunto da classe trabalhadora e da sociedade venham a se beneficiar realmente do saber por ela produzido. Para tanto, é fundamental que no seu fazer cotidiano a Universidade seja capaz de referenciar-se melhor com o contexto econômico, político e social, tanto no nível nacional quanto no regional.

A efetivação de tal possibilidade só ocorrerá se a Universidade instrumentar-se para dialogar com a sociedade, demonstrando de forma clara e simples a importância das atividades nela desenvolvidas, como a produção de ciência básica e tecnológica.

Tão importante quanto a afirmação dessa identidade política para a Universidade, é neste Congresso, o aprofundamento do debate acerca da sua produção acadêmica, de seus currículos e das estruturas de seus cursos. Diante das relevantes transformações derivadas da "revolução tecnológica" em curso, abrem-se a cada dia novos desafios. A revisão de sua estrutura de produção e de transmissão de saber é imperativa para a edificação de uma nova realidade, mais dinâmica e mais adequada aos tempos atuais.

As novas tecnologias e os novos métodos de gestão e de produção nos obrigarão, no debate, a dar lugar de destaque à ética. Tanto para considerar, por exemplo, as conseqüências das novas tecnologias de manipulação genética quanto os reflexos da destruição de vários postos de trabalho e profissões, aceleradamente substituídos pelas máquinas.

Por fim, esperamos que este artigo sirva para estimular o debate e reavivar o valor da polêmica para a

prática universitária. E desta forma, colaborar para que este Congresso venha significar um importante passo na democratização da Universidade, resgatando assim o seu sentido estratégico na construção de nossa luta.



pesQuisa

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE LINHA DE PESQUISA

Maria Aida Arancibia
Assessora de Cooperação Internacional da UFMG

Analisando algumas das publicações mais recentes dos principais estudiosos do ensino superior, percebe-se que a Universidade é concebida como sendo o espaço próprio do conhecimento, do saber. Nela, o conhecimento é criado, produzido, inventado ou pesquisado; transmitido, ensinado, difundido, inovado e apreendido com o intuito de elevar a qualidade de vida da população, entendida na sua concepção mais ampla: atendimento das necessidades da sociedade, solução de problemas do País, maior desenvolvimento, etc.

Observa-se que não há dúvida quanto ao papel da pesquisa na Universidade e sua importância como vetor de desenvolvimento do País. No entanto, há, ainda, dificuldade em lhe atribuir espaço adequado no âmbito do ensino superior e das universidades.

A Lei 5.540/68, em vigor, no seu artigo 1°, diz que o ensino superior terá por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. No artigo 2°, é mencionada a indissociabilidade do ensino superior e da pesquisa, e que o primeiro será ministrado principalmente nas universidades.[1]

Neste sentido, as linhas de pesquisa podem ser vistas como necessárias para organizar/administrar as atividades de pesquisa no ensino superior, especialmente nas instituições universitárias, possibilitando articular as funções de ensino, pesquisa e extensão e os níveis de ensino, graduação e pós-graduação. No tocante às considerações das linhas de pesquisa como elementos articuladores das atividades da pós-graduação, ver Jensen, 1993.[2]

Concepções de linha de pesquisa

A literatura a respeito de linhas de pesquisa é bastante fragmentada. Alguns autores apenas se preocupam com a conceituação de linha de pesquisa e outros com a sua importância e seus efeitos na Universidade e principalmente na pós-graduação. Poucos autores tratam deste assunto de forma mais abrangente.

Basicamente, encontramos na literatura dois tipos de referência: as publicações que tratam especificamente da questão das linhas de pesquisa, tentando conceituá-las e caracterizá-las, e as outras, nas quais a preocupação central assuntos correlatos que, conforme a análise de seus respectivos autores, levam a tratar secundariamente da questão das linhas de pesquisa.

Segundo Goldberg[3], da área de educação, as linhas de pesquisa deveriam ser concebidas como o projeto básico de investigação de qualquer programa de pós-graduação, definidor de sua identidade científica, legitimada pelo endosso de número significativo de seus professores, compromissado com os proble-

mas da educação brasileira e com os padrões internacionais de produção científica e, ainda, articulado a projetos congêneres ou correlatos da comunidade científica nacional e ou internacional.

Para a autora, as linhas de pesquisa devem funcionar como fio condutor, aglutinador e orientador dos esforços investigativos. Também no seu entendimento, o assunto das linhas de pesquisa envolve três nós, que deveriam ser desatados a fim de que o termo linha de pesquisa adquira na prática o mesmo sentido que ele tem no nível teórico.

O primeiro nó está relacionado com a distorção no conceito de linha de pesquisa. Esta é confundida com área de concentração, com disciplina, com projetos de investigação, etc.

O segundo nó diz respeito à dispersão das linhas de pesquisa. Por exemplo, das 152 linhas de pesquisa da área de educação por ela analisadas, apenas seis são desenvolvidas por mais de um programa. Há programas que apresentam 38 linhas de pesquisa.

O terceiro e último nó se refere ao descompromisso em relação às prioridades da política educacional brasileira. Analisando as linhas de pesquisa e os programas, encontrou apenas 3,7% vinculadas às prioridades do MEC. Em Jensen (1993) são feitas considerações similares em relação às linhas de pesquisa desenvolvidas na pós-graduação da UFMG.

Ainda segundo Goldberg[4], a existência desses três nós permite prever que, em não havendo "conceituação adequada" de linha de pesquisa, "sua postulação pelos programas passa a ser exercício retórico, mais do que compromisso com a produção científica" (p.3); "cumulatividade e concentração" de esforços, os programas não se beneficiarão com a formação gradual de massa crítica e as teses não terão eixo básico (p.3); "preocupação com as prioridades que definem as necessidades sociais..., dificilmente o equaciona-men-

to e solução das mesmas poderá ser feito a partir de dados de pesquisa" (p.3,).

Outra conceituação de linha de pesquisa é a da Comissão de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)[6].

Para a Comissão, linhas de pesquisa representam "temas aglutinadores de estudos científicos, que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam programas e projetos, cujos resultados se complementam" (p.1).

Outra definição de linha de pesquisa é a que circulou no Simpósio Nacional de Pós-Graduação da Área Médica em 1984. Linha de pesquisa foi concebida como o "tema que, com alguma constância, serve de objeto de estudos e publicações a um investigador ou grupo de investigação" (p.99 e 119).

Por sua vez, a Capes[7] entende que as linhas de pesquisa são "núcleos temáticos dos quais derivam um ou mais projetos de investigação." As linhas de pesquisa "indicam uma área de interesse a ser investigada" (p.49).

O prof. Marcos Luiz dos Mares Guia[8]. Coloca a questão das linhas de pesquisa, ou escopos, termo que ele prefere usar, como sendo elemento de definição de estratégias de grupos de pesquisa. As linhas de pesquisa aparecem inseridas num contexto maior, que é o da administração da pesquisa, utilizando os recursos oferecidos pelo planejamento estratégico.

Entende que os escopos de pesquisa são "os limites da área de conhecimento onde o grupo operará. Segundo ele, assim costuma-se definir a *linha de pesquisa* do grupo" (p.33). Esta definição é fundamental para a administração da pesquisa e para o êxito da mesma e corresponde à primeira etapa da estratégia-mestre de um grupo de pesquisa.

Outros autores ou documentos referem-se à questão das linhas de

pesquisa principalmente sob o ponto de vista da sua importância para a investigação e para a pós-graduação. Entre os autores destaque-se Marques[9], para quem a concentração temática e de abordagem teórica são "ingredientes básicos que dão consistência à produção e, por assim dizer, fazem escola", permitindo produzir impacto nessa área do conhecimento (p.46).

Para o Prof. Rocha[10], o pesquisador que tem linhas de pesquisa bem definidas "sente necessidade de conhecer em profundidade certos tópicos e neles mergulhar e procurar gerar novos conhecimentos". As dissertações nesse caso tendem a ser mais criativas e encontram mais facilidade de realização" (p.95).

No Simpósio de Pós-Graduação da Área Médica[11] concluiu-se que a existência de docentes capacitados e de linhas de pesquisa bem definidas são fundamentais para o bom desempenho da pesquisa e da pós-graduação. Além disso, enfatizou-se como necessária a coerência entre as linhas de pesquisa, a estrutura curricular e os anseios e aptidões dos pós-graduandos.

A DEFINIÇÃO DE LINHAS DE PESQUISA É SUPORTE NECESSÁRIO À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Em 1986 o Conselho de Pós-Graduação da UFMG considerou necessário refletir sobre o tema Avaliação da Pós-Graduação e da Pesquisa na UFMG. Constituiu uma comissão, presidida pelo Prof. Paulo de Tarso Almeida Paiva, para elaborar documento que servisse de base nas discussões iniciais do assunto.

Em junho do mesmo ano, a comissão apresentou documento intitulado "Pontos para uma definição da política de produção e avaliação da Pós-Graduação na UFMG"[12], concluindo que a Pós-Graduação se dis-

tingue de outras atividades universitárias pelo papel pedagógico desempenhado pela pesquisa. "A definição de linhas de pesquisa torna-se, portanto, suporte necessário à produção de conhecimento, que vai ter sua ressonância no interior dos cursos, dinamizando as atividades de professores e alunos" (p.1).

Para finalizar, é interessante destacar o ponto de vista de Warde[13]. A autora, ao comentar o lugar da pesquisa na pós-graduação e na Universidade, trata dos problemas enfrentados e menciona propostas que circulam no meio acadêmico. Uma delas é a "mudança na estrutura e dinâmica dos cursos, de forma que a pesquisa passe a ocupar o lugar central e o ensino um lugar subordinado (essa inversão não é destacada na maioria dos textos e, quando aparece, não são extraídas todas as conseqüências do privilegiamento da pequisa sobre o ensino). Essa posição tem ganho o seguinte enunciado: extinção das áreas de concentração e centralização nas pesquisas, após a desformalização das linhas que as configuram" (p.69).

Concluindo, entende-se que linha de pesquisa se caracteriza por:

a) ser tema ou área de interesse a ser investigada por um grupo de pessoas durante certo período de tempo. Em outros termos, a linha de pesquisa se caracteriza por ser o limite da área de conhecimento onde o grupo atuará;

b) dar identidade ao grupo, unidade ou setor ao qual pertence;

c) funcionar como fio condutor, aglutinador e orientador dos esforços investigativos de um grupo, unidade ou setor;

d) ser resultado da existência de tradição investigativa nessa parte do conhecimento;

e) criar ambiente propício ao desenvolvimento da pesquisa e à formação de grupos de pesquisa;

f) dar consistência e continuidade à produção acadêmica e às atividades do grupo, unidade ou setor;

g) dar origem a programas e projetos de pesquisa.

Em certas situações a linha de pesquisa, também, deve ser:

1) compromissada com a solução de problemas da sociedade;

2) articulada a iniciativas congêneres da comunidade científica nacional e ou internacional;

3) legitimada pelo endosso de número significativo de pessoas do grupo, unidade ou setor.

É possível dizer, então, que as linhas de pesquisa podem ser consideradas como elementos de planejamento e organização da pesquisa. Permitem delimitar a parte do conhecimento onde se farão os esforços investigativos, passando, então, a ter a função de orientar e articular as atividades desenvolvidas por grupos, unidades ou setores nos quais a investigação se constitui em real prioridade.

LINHAS DE PESQUISA SÃO ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Entende-se, todavia, que a existência ou a adoção de linhas de pesquisa mais ou menos definidas, na Universidade em geral e, em especial, na pós-graduação, oferece ainda outras vantagens, como por exemplo:

I - maior concentração temática, diminuindo as possibilidades de dispersão na produção científica;

II - diminuição da artificialidade e das áreas de tateio e indefinição;

III - facilitação da geração de conhecimentos e melhora do desempenho da pesquisa e da pós-graduação;

IV - contribuição para que as dissertações sejam mais facilmente elaboradas, mais criativas e de melhor qualidade.

Em síntese, se forem levadas em conta as considerações aqui levantadas, a linha de pesquisa constituir-se-á em elemento da administra-

ção da pesquisa, da pós-graduação e, portanto, da Universidade.

Parece-nos que mereceriam ser abordados, oportunamente, aspectos tais como as linhas de pesquisa em suas relações com os seguintes temas: os recursos alocados; a prestação de serviços; sua concepção na ciência em geral e na UFMG em particular; a integração docente/discente; a integração entre Universidade e sociedade; metodologias de trabalho; integração dos ensinos de graduação e pós-graduação e, por fim, as relações entre linhas de pesquisa e as atividades de extensão.

NOTAS

1 - BRASIL, Lei nº 5.540 - 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. 1975. In: CARVALHO, Guido Ivan de. "Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência". São Paulo, *Revista dos Tribunais*, julho 1975. v.1, p.83-99.

2 - JENSEN, Maria Aida Arancibia. "A articulação das linhas de pesquisa na pós-graduação". *Caminhos*, nº 7, jul.1993.

3 - GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. "Linhas de Pesquisa na Pós-Graduação em educação: é hora de desatar os nós!" *Debate*, Rio de Janeiro, nº2, p.1-8, junho 1980.

4 - idem, ibidem

5 - COMISSÃO de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Saúde Pública da USP. Conceituação e hierarquização de atividades de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.17, p.233-235, 1983.

6 - SIMPÓSIO NACIONAL DE P ÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA MÉDICA. Brasília, Ministério da Educação e Cultura/Capes, p.274, 1985.

7 - BRASIL, Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Manual de Preenchimento do Sistema de Informações sobre Cursos de Pós-Graduação. Brasília, 1987.

8 - MARES GUIA, Marcos Luiz dos. *Uma tentativa de organizar o óbvio: ensaio sobre planejamento de pesquisa bioquímica*. Belo Horizonte, tese (Professor Titular), Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, 1975.

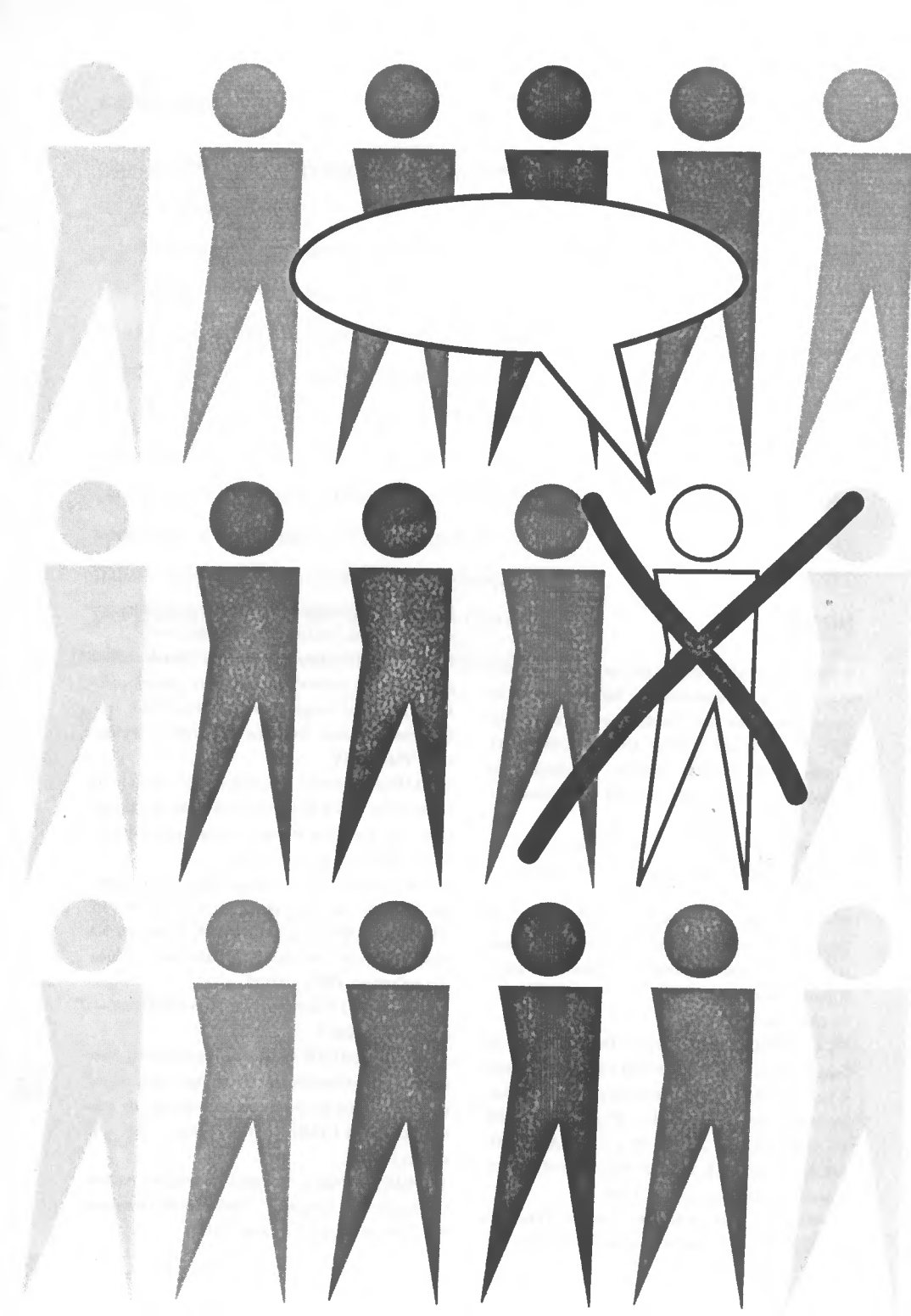
9 - MARQUES, Juracy. "Pós-Graduação, reforma ou ruptura em busca da contextualização, da concretude e do realismo utópico". *Educação Brasileira*, Brasília, nº22, p.35-69, 1989.

10 - ROCHA, Heonir. "Pesquisa Clínica (Metodologia, linha de pesquisa, papel do orientador)". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA MÉDICA, 1984. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1985, p.88-97.

11 - SIMPÓSIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA MÉDICA, op. cit.

12 - UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. Conselho de Pós-Graduação. Pontos para uma definição da política de produção e avaliação da Pós-Graduação na UFMG. Belo Horizonte, 1986. (mimeogr.).

13 - WARDE, Míriam. "O papel da pesquisa na Pós-Graduação em Educação". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº73, p.67-75, maio 1990.



Depoimento

APOSENTADORIA: UM DEPOIMENTO

Eduardo Osório Cisalpino
Professor aposentado do
Departamento de Microbiologia da UFMG

"Só não muda o cerne da aroeira."

"Até os pássaros consoante os lugares vão sendo muito diferentes. Ou são os tempos, travessia da gente"

Guimarães Rosa

Aposentar-me na UFMG não foi uma decisão fácil de ser tomada considerando os compromissos profissionais, seus aspectos éticos, os envolvimentos afetivos. Afinal, foram quarenta anos, e trabalhar na UFMG foi uma opção de vida.

Apesar das leituras que realizei sobre os problemas que enfrenta o aposentado, o velho, e das reflexões realizadas, procurarei aqui evitar generalizações.

Levo pressa em desenvolver projetos mais individuais. Minha aposentadoria tem um sentido de reencontro, de descoberta, de permitir maior enriquecimento da vida, intuir. Os compromissos

atuais não se vinculam mais preferencialmente à carreira, muito pouco com as atividades acadêmicas. Não mais desejo ser chefiado, ser chefe ou participar de qualquer tipo de colegiado. Não mais pretendo assinar ponto; faço meu próprio ordenamento. O ato de aposentar-me não teve o sentido de exercer o ócio com dignidade; pelo contrário. Pretendo continuar trabalhando, permitir o afloramento de desejos reprimidos ao longo da vida, dedicar mais tempo às pessoas que amo, acompanhar o crescimento dos meus netos, o amadurecimento de meus filhos, estreitar laços afetivos com a minha companheira.

Nas conversas sobre minha intenção de aposentar-me era alertado: "Cuidado com a depressão, com o alcoolismo, com o infarto etc., etc." Certamente o dramaturgo Nelson Rodrigues teria se perguntado: "Alguém suicidou?"

Helio Pellegrino alerta para o risco do passado tornar-se dentro de nós lápides compactas ou blocos de granito cujo peso nos chumbaria ao solo, impedindo-nos de avançar. É um equívoco considerar a aposentadoria como uma figura estática, parada no tempo. Cultivar o passado é ter medo de abrir caminho em direção ao futuro.

Não entendo a velhice como um período de decadência intelectual; algumas deficiências podem ocorrer; devemos encará-las e superá-las. Perde-se o potencial intelectual não por causa do mal físico, mas principalmente por falta de uso. Como aposentado, logo nos primeiros meses, senti uma significativa mudança no emprego do meu tempo e de vários hábitos rotineiros, apesar de todo o cuidado tomado em planejar as atividades. Foram momentos críticos, conquanto esperados. Senti um certo vazio até conseguir o ritmo planejado na ocupação do binômio espaço-tempo.

O ambiente de minha infância/juventude deu origem a passa-

tempos físicos e intelectuais que ao aposentar permiti-me cultivar, como cuidar de plantas e animais, dar longas caminhadas, realizar registros fotográficos, os quais agregados a hábitos da cultura acadêmica (ler e escrever) compõem atividades de um modo geral agradáveis, produtivas, saudáveis. Na realidade, fui fazendeiro a vida inteira, onde estivesse. Após a aposentadoria, aprofundei-me na obra de Guimarães Rosa, nas linhas e entrelinhas, motivado em parte pelo fato de ter uma propriedade no município de Cordisburgo, berço do Dr. Rosa. Talvez venha a ser o local onde passarei os últimos anos de minha vida. Admirando flora e fauna do cerrado acabei por tornar-me um observador de pássaros. Interessei-me pela preservação do minhocuçu, para muitos um verme asqueroso, entretanto para os pescadores (principais responsáveis pela ameaça de sua extinção) é isca predileta.

Para resolver problemas de alimentação interessei-me pela culinária, daí para a literatura foi um pequeno passo. Identifiquei em Pedro Nava e Maria José Queiroz, entre muitos outros, registros da culinária mineira; em Érico Veríssimo informações interessantes sobre a comida gaúcha e, obviamente, em Jorge Amado, a cozinha dos Orixás. Pretendo continuar minhas leituras neste filão literário.

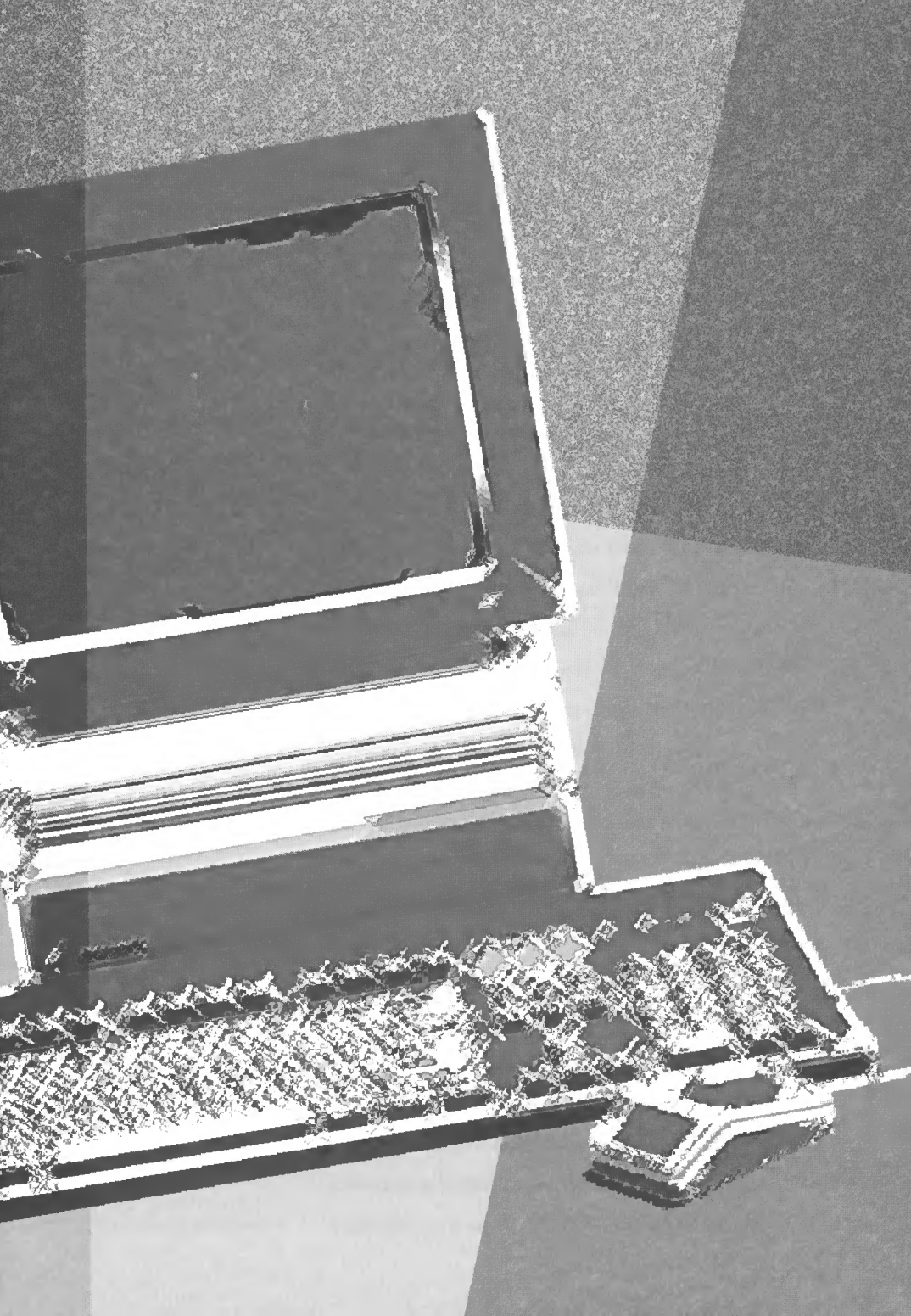
Diariamente percebo, cada vez com maior clareza, que minha vida interior e exterior depende dos meus semelhantes. A velhice possibilita uma forma de liberdade, um despojamento de ambições e vaidades banais que nos afligem em outras etapas da vida. Como é natural, não abandonei a convivência com companheiros da UFMG, agora com muito menos intensidade, mas com o mesmo prazer de sempre.

Percebo os limites das minhas energias e pretendo usar o tempo que me resta com o máximo de sensatez e, sempre que possível, não desperdiçá-lo. Tenho colocado as

lembranças em ordem, registrando-as em papel e, para surpresa, vejo que o acervo da memória aflui com certa facilidade.

Para encerrar, registro uma recente conversa com minha neta Ana: "Ana, sua mãe está dizendo que suas mãos são parecidas com as minhas." Silêncio. Com toda ternura, sentenciou: "Vô, mas suas mãos estão enrugadas!"

O fato de ter-me aposentado não significa que não estou mais voltado para o futuro. Criar novos interesses, sem dúvida, é um desafio. Afinal de contas, quase tudo na vida são desafios.





A APUBH E A INFORMÁTICA

Nelson Baumgratz
Consultor em Informeatica - BH

O texto que se segue busca descrever em linhas gerais o trabalho de informatização da Apubh, desenvolvido no período de aproximadamente um ano. Desde já registramos que a tarefa só se tornou possível graças ao empenho, compreensão e envolvimento de toda a Diretoria da Apubh, a quem agradecemos pela oportunidade, confiança e amizade

Em outubro de 1994, ao sermos convidados a participar do programa de informatização da Apubh, na qualidade de consultor, deparamo-nos com um detalhado e bem dimensionado projeto elaborado pela Comissão de Informática, designada pela Diretoria, que serviu como linha mestra de orientação do nosso trabalho. O projeto prescrevia a automatização dos processos administrativos da entidade, a implantação de serviços de editoração, a integração e comunicação com redes de dados, o

suporte à Diretoria na análise de dados e tomada de decisões e a prestação de serviços aos associados.

Como primeiro passo no sentido de atender às necessidades administrativas da Apubh, foram elaboradas as especificações dos sistemas de informática a serem desenvolvidos: sistema de contabilidade e controle financeiro, sistema de cadastramento de associados e sistema de controle de ações jurídicas. Foram desenvolvidos, em primeira instância, os sistemas contábil-financeiro e de cadastro, quando então se contratou a *UFMG Informática Jr.* empresa dos alunos de gradução do Curso de Computação da UFMG, para que desse prosseguimento, sob nossa supervisão, ao desenvolvimento dos referidos sistemas, liberando-nos para as demais tarefas propostas no projeto de informatização.

Hoje a Apubh dispõe de mecanismos precisos de controle e acompanhamento de sua movimentação financeira e dos dados de seus associados, os quais, por sua vez, têm à disposição informações atualizadas sobre as ações jurídicas movidas pela entidade em seu favor.

Paralelamente ao desenvolvimento dos sistemas, procedeu-se à implantação da rede de microcomputadores na sede da Apubh, de forma a permitir total integração entre as diversas atividades ali desenvolvidas e que pudessem ser melhor executadas com o auxílio da informática. Para tanto, adotou-se a filosofia de rede ponto-a-ponto, baseada na plataforma *Windows for Workgroups*. Em uma rede ponto-a-ponto cada computador é uma máquina independente, mas que pode compartilhar seus arquivos de dados, programas e impressoras com as outras máquinas interligadas. É uma das redes mais baratas e rápidas de se instalar, além de ser de fácil manutenção.

Após esta etapa, passou-se à interligação com redes e sistemas externos, com a conexão via *modem* (por linha telefônica) ao LCC (Labo-

ratório da Computação Científica, no campus da UFMG), à Renpac (serviço da Embratel para comunicação de dados), ao STM-400 (serviço da Embratel para troca de mensagens), à Bireme (banco de dados de informações médicas) e aos sistemas Metalink e BHNET. Desta forma, a Apubh hoje dispõe, literalmente falando, de conexão com todo o mundo, inclusive através da Internet, acessada desde o início através do LCC e recentemente através da Embratel e do sistema BHNET.

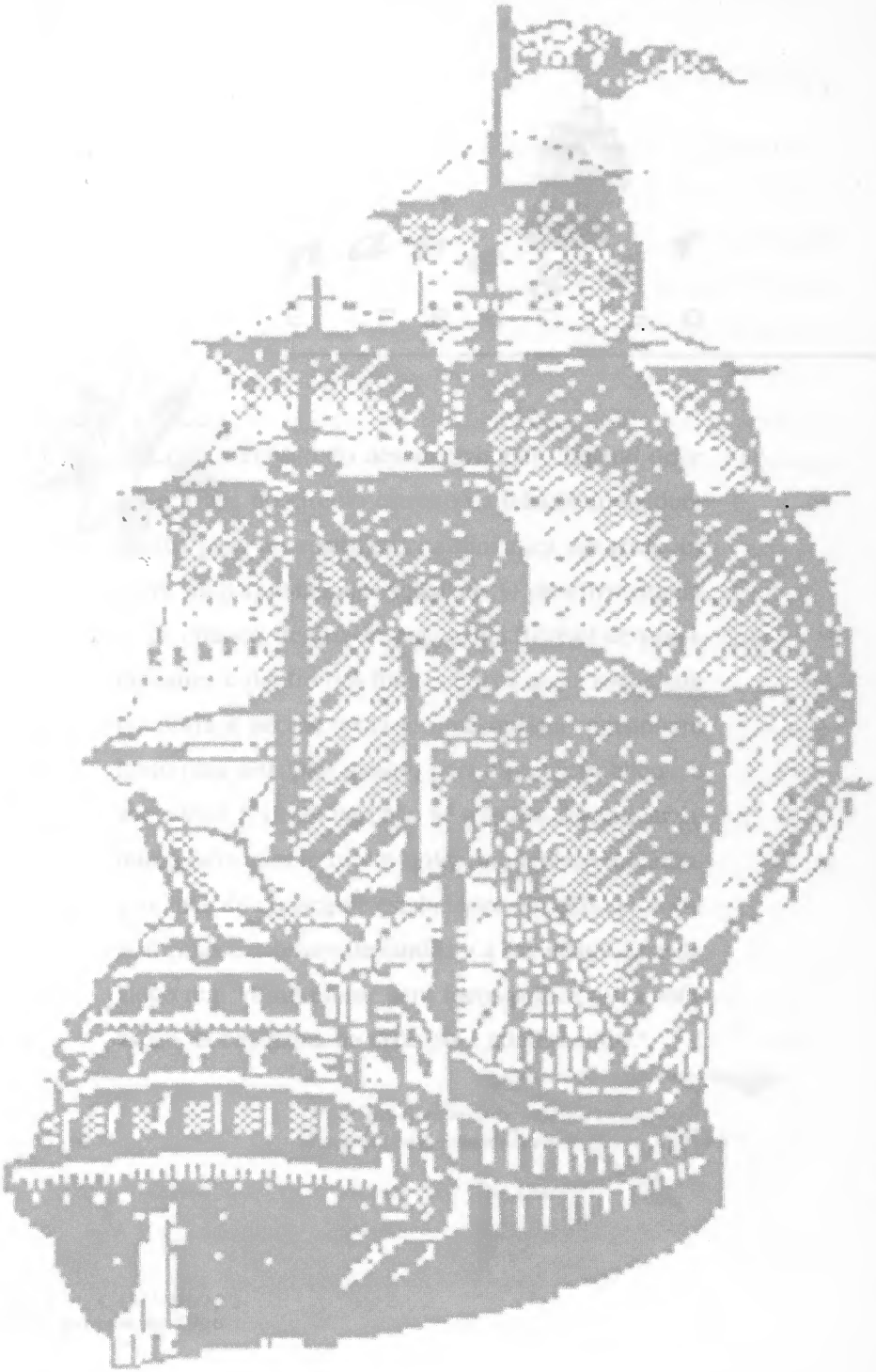
A última etapa da interligação a sistemas externos se fez recentemente, com a implantação dos postos de atendimento da Apubh na Praça de Serviços do campus da UFMG e no campus Saúde. Além de possuírem os mesmos acessos externos que a sede, os postos estão a ela conectados, permitindo ao associado utilizar-se de todos os benefícios do sistema.

Com a implantação dos postos de atendimento, no final deste ano, tornou-se necessária a substituição da filosofia de rede, passando-se do esquema ponto-a-ponto para o esquema cliente-servidor, que proporciona maior controle de acesso e segurança dos dados, entre outras vantagens. Neste esquema, uma máquina mais possante é responsável pelo controle de toda a rede, armazenando os dados gerados diariamente, permanecendo entretanto as outras máquinas com sua independência. Para tanto, adotou-se o sistema *Windows NT 3.51*, reconhecido padrão mundial para redes corporativas. E, acompanhando a evolução crescente e natural da informática mundial, adotou-se o novo sistema operacional *Windows95* para as demais máquinas da rede. Com isto, a Apubh coloca-se bem situada no campo da informática, estando munida de excelentes ferramentas que a auxiliam no desempenho de suas atividades.

Outro importante tópico no Projeto de Informatização da Apubh foi a viabilização e disponibilização

de recursos de informática aos associados. Para tal foram implantados os Postos de Atendimento, onde foram instaladas máquinas modernas e com todos os recursos mencionados, além de *softwares* (programas) de editoração de textos, planilhas, gerenciadores de bancos de dados, programas gráficos e recursos variados de impressão e fotocópia, de forma que o professor tem a seu dispor o melhor dos recursos de informática, de acordo com suas necessidades. Vale lembrar que também na sede da Apubh existe tal disponibilidade, condicionada apenas ao atendimento prioritário da demanda administrativa.

Todo este esforço técnico seria destituído de sentido se não houvesse material humano capacitado para operar os diversos recursos disponíveis. Assim, ao longo de todo o processo, foram elaboradas normas e roteiros de procedimentos operacionais, visando padronizar e auxiliar a execução das tarefas que utilizassem os recursos de informática, bem como ministrou-se treinamento específico aos funcionários da entidade, tarefa na qual contou-se também com a participação da UFMG Informática Jr.







navegar É PRECISO

"A compreensão do desenvolvimento infantil deve ser retirada do círculo estreito da relação indivíduo-família para ser reavaliada na dinâmica das relações entre indivíduo-família-sociedade. O desenvolvimento da criança, dentro de uma gama flexível de possibilidades, e dentro dos limites éticos que a sociedade encontra e recria, torna-se uma questão pertinente tanto para seus pais quanto para o poder público e a sociedade. E, dessa vez, não se trata de disciplinar famílias para adotarem um único modelo de organização, mas de conseguir estabelecer um diálogo entre as formas existentes de família e a sociedade. Esse diálogo tem, como um de seus focos principais, a realização da cidadania de crianças e adolescentes."

AMAS. Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento. Belo Horizonte, 1995

"O pensamento moderno jamais pôde, na realidade, propor uma moral: mas o motivo disso não é que o pensamento seja pura especulação; ao contrário, desde o início e em sua própria densidade, ele é um certo modo de ação. Deixemos a palavra àqueles que incitam o pensamento a sair de seu retiro e a formular suas opções; deixemos agir aqueles que querem, fora de qualquer promessa e na ausência de virtude, constituir uma moral. Para o pensamento moderno, não existe moral possível; pois, desde o século XIX, o pensamento já "saiu" de si próprio em seu ser próprio, não é mais teoria; desde que pense, fere ou reconcilia, aproxima ou afasta, dissocia, vincula ou desvincula; não consegue evitar libertar ou subjugar. Antes mesmo de prescrever, de esboçar um futuro, de dizer o que se deve fazer, antes mesmo de exortar ou apenas alertar, o pensamento, no nível de sua existência, desde sua forma mais matinal, é em si mesmo uma ação - um ato perigoso."

Foucault. M. .As palavras e as coisas. Paris, Gallimard, 1966.

"Por um paradoxo característico de nossa cultura democrática, o decreto da morte do homem veio acompanhado por uma reivindicação de autonomia que, sem dúvida, ainda não havia sido vista na história da humanidade. Globalmente, nas sociedades liberais-sociais-democratas, como as nossas, a exigência de liberdade, entendida como a faculdade de dar

a si mesmo sua própria lei, nunca foi tão vigorosa, a despeito do que se diz aqui e ali. Aqueles mesmos que instauram um processo contra o consumismo planetário são obrigados no mais das vezes a instaurá-lo, mesmo a contragosto, em nome de um ideal segundo o qual os homens são responsáveis por seu próprio destino. Embora nem sempre sejam entusiasmantes, os valores da democracia republicana parecem precisamente constituir, e ainda por muito tempo, nosso único horizonte político aceitável."

Ferry, L. Homo aestheticus. São Paulo, Ensaio, 1994.

"Observe-se, principalmente, o que ocorre num aeroporto internacional nos Estados Unidos. Você é o estrangeiro que chega em Nova Iorque e entra na fila para as formalidades de chegada. O que se nota? Claramente o uso do conceito de cidadania local como um elemento de distinção e não mais como uma alavanca para liquidar privilégios. Aqui, os norte-americanos têm um espaço privilegiado, uma área especial nitidamente hierarquizada; ao passo que todos os outros seguem um caminho comum. Do mesmo modo, a observação mais profunda da esfera social das chamadas "escolhas" e "preferências", institucionalizada como "convite", revela algo semelhante. Numa sociedade de credo igualitário, cuja unidade social básica é o indivíduo (ou cidadão), a escolha que fosse ca-

paz de estabelecer a hierarquia, o privilégio e o primado da relação seria teoricamente impossível; seria um real contra-senso social e moral. Afinal, todos são iguais perante a lei e a sociedade. Mas como se pode passar da igualdade moral e legal para uma prática desigual e efetivamente hierarquizada? A pergunta foi (e ainda é) um fantasma a assombrar todos quanto teorizaram sobre a igualdade e o individualismo nas sociedades de mercado onde a cidadania se demarca pelos direitos universais. Mas basta realizar uma sociologia do convite para ver que, ao lado da ideologia do mérito, ela acaba por permitir discriminar, recriando o privilégio e a hierarquia. De fato, diria até mesmo que é precisamente por se ter consciência da igualdade como uma idéia fundamental no conceito de cidadania que a implementação do convite como um mecanismo de discriminação social e política passa a ser tão criteriosa e importante nos Estados Unidos e em outras sociedades igualitárias. Assim, existem na América muitas instituições sociais altamente prestigiosas onde só pode entrar pela porta de um convite. Quer dizer: de um chamado que é teoricamente pessoal e independente das obrigações públicas e coletivas. Ninguém é obrigado a convidar quem não quer. E esse princípio individualista e igualitário permite - paradoxalmente - furar a igualdade que domina o código político adotado pela sociedade."

Da Matta, R. A casa e a rua. São Paulo, Brasiliense, 1985.

"As poucas novas vagas que as universidades conseguem, os atuais professores querem preencher abrindo concursos sobretudo para professores que já tenham titularidade, o que significa idade. Para dificultar o rejuvenescimento, a política salarial tem sido prejudicada, especialmente para os níveis mais baixos da carreira.

"Como se isso não bastasse, os jovens professores às vezes se comportam como se fossem mais velhos do que os velhos; querem imitá-los nos títulos, querem produzir suas idéias. A hierarquia de títulos, reproduzida pelos jovens professores, impede a renovação acadêmica, mesmo quando se consegue uma renovação etária."

Buarque, C. A aventura da universidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

"Com o fim do autoritarismo, deveria surgir um clima de mútua confiança que permitisse suprimir muitas normas e condições, já que o processo democrático e a transparência são em si elementos suficientes de controle. A falta de confiança impede a administração de livrar-se do emaranhado de normas, regulamentos, papéis, assinaturas, que continuam impedindo a flexibilidade, emperrando o seu funcionamento e grande parte do poder de criação das universidades. Este fenômeno, presente em todos os segmentos do setor público, é ainda mais grave nas re-

lações do Estado com a Universidade, diante da desconfiança contra acadêmicos. O governo controla a Universidade com normas que, em vez de defenderem a lisura da administração, impedem a Universidade de utilizar seus poucos recursos de forma mais influente. Se seguir ao pé da letra as normas atuais, nenhuma Universidade brasileira consegue funcionar eficientemente e crescer."

Buarque, C. A aventura da universidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

"Na medida em que não opera os princípios da igualdade, da liberdade, da responsabilidade, da representação e da participação, nem o da justiça e o dos direitos, a lei não funciona como lei, isto é, não institui um pólo de generalidade e universalidade social e política no qual a sociedade se reconheça. A lei opera como repressão, do lado dos carentes, e como conservação de privilégios, do lado dos dominantes. Por não ser reconhecida como expressão de uma vontade social, a lei é percebida como inútil, inócua, incompreensível ou devendo ser transgredida, em vez de transformada. Torna-se espaço privilegiado para a corrupção."

Chauí, M. Revista Universidade e Sociedade. Ano V, nº 8, fev. 1995.

"Vão correndo os dias, os meses de Frederico, em trabalho paciente de acomodação. Uma trama surda e insensível, que aos poucos o vai levando ao ajeitamento, a aceitar a condição nova.

Já que nunca foi homem de rebeldias duradouras, a mudança gradativa foi-se processando macia, de sorte que em algum tempo ganhou ele equilíbrio razoável, seguiu reagindo satisfatório ao sentimento do vazio. Em certos momentos chegava quase a sentir que já tinha nascido aposentado (...)

Que estou fazendo? É preciso fazer, será sempre preciso, todo santo dia? Pois digo agora a você, debaixo de muito segredo, que ando fazendo uma coisa que desejava há muito tempo. Um trabalho importantíssimo e, além do mais, muito agradável. É verdade que não me traz nenhum aumento de renda, mas é uma coisa muito boa, tão boa que agora ficou indispensável para mim. Não passo um dia sem fazer isso!

(...) Estou vivendo. Viver não é fazer? Não conte isso a ninguém. Estou durando, continuando. Ou por outra, estou a durar, como preferem falar os amigos lusitanos, que não usam muito os gerúndios. Estou "a viver", isso dito assim dá mais idéia da largueza e duração".

Versiani dos Anjos, W. Barca de Aposentados. Editora Vega, 1978.

"Os planejadores e executivos governamentais de plantão devem parar de choramingar, através da imprensa, a falta de recursos (insinuando a não concessão de aumento em janeiro!) quando ao lado da sonegação e corrupção deslavadas promove-se, por inércia, o desmonte da máquina da arrecadação federal. Esvazia-se a Receita Federal, tirando-lhe condições de cumprir sua missão. Não há gerência, programas de trabalho, mobilização da fiscalização, treinamento, etc., funcionando as repartições precariamente por falta de pessoal. Esse quadro supõe uma intenção deliberada, ditada pelo receituário neoliberal importado. De modo geral, os desvios de conduta (marajás, absenteísmo, corrupção, etc.) que devem ser corrigidos, são vistos como um mal intrínseco do funcionalismo quando são apenas resultado da falta de gerência.

Nossos governantes ao invés de perseguir o funcionalismo cortando mesquinhas e irrisórias "vantagens" de ativos e aposentados deveriam encher-se de brios e correr atrás dos recursos que existem, nas mãos dos sonegadores, nos caixa 2, nos paraísos fiscais e no consumo perdulário, para sustentar com dignidade, não os marajás, mas um funcionalismo constituído de maioria dedicada, profissional e honesta que há tempos vem sendo estigmatizada, como responsável pelo déficit público quando sabemos que as verdadeiras causas desse déficit estão na má gestão, na politicagem, na incompetência e na roubalheira durante sucessivos governos."

Graziano, J.A. (auditor fiscal do Tesouro Nacional)
Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 9/12/95.



HOMENAGEM

LOR DE CAMINHOS

"Nada, nadador!
Se não que restará de ti, nadador?
Nada, nadador."
JORGE DE LIMA

O intento de homenagear um de nossos mais lúcidos e assíduos colaboradores, o chargista LOR - codinome do professor titular doutor Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, lotado na Escola de Educação Física da UFMG, se efetiva neste 12º número.

O homenageado constitui-se num poliédrico e polifônico mistério. Nele, mais que tríplices componentes reúnem-se harmonicamente numa só voz: a do Especialista em Medicina Esportiva, a do Mestre em Fisiologia e a do Doutor em Biologia Molecular, que de mãos dadas com o autor de *Retrato Falado*, de *Urso Fiote*, de *Now sem Rumo* e de *Desmandamento* tornam-se um invejável capital, posto a serviço do social. Suas instigantes peças a nós servidas no Boletim da UFMG, no da Assufemg, em *Caminhos*. e nos vo-

lantes sempre que se fizeram necessários em ocasiões de luta política, nos ajudam a desvelar o jogo-de-cena do qual participamos sem às vezes poder ou querer perceber.

O traço certo, na hora certa, talvez resuma o que é característico da charge. O humor é o que há de mais sério. Em *O Nome da Rosa*,, Umberto Eco mostra como a Igreja censurava e reprimia os escritos de Aristóteles sobre o riso. *"Ridendo castigat mores"*. Rindo podemos reconhecer e ter uma visão crítica do que nos acontece.

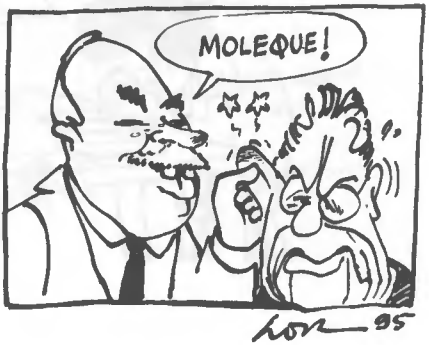
A atualidade, a poesia e a indignação presentes na pequena amostra ora selecionada mostram a versatilidade do homenageado e justificam nosso assumido desmandamento. Verdadeiro imaginário sócio-político do brasileiro, a arte chargista tem nele um de seus maiores representantes no país do carnaval. No fundo, somos muito mais homenageados com sua presença do que o homenageamos com nossa lembrança.

Gratos, professor Lor, pelo exercício exemplar de desmistificação, papel que deveria ser de todos nós docentes.


SOCIÓLOGO


DOUTOR


PRESIDENTE


MOLEQUE!
LOR 95


MAIS PÃO
MENOS MANTEIGA
LOR 95


OBRIGADO, SENHOR POR ESTA REFEIÇÃO QUE VAMOS FAZER, ASSIM QUE O NOVO PRESIDENTE ACABAR A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO, O AJUSTE FISCAL E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA...
LOR 94


SUBORNEI O JUIZ POR 8.500 REAIS...
CORROMPI O DEPUTADO POR 8.500 REAIS...
E COMPREI O MINISTRO POR 8.500 REAIS!
ISONOMIA SALARIAL É ISSO AÍ!
EMÍDIO E LOR 95

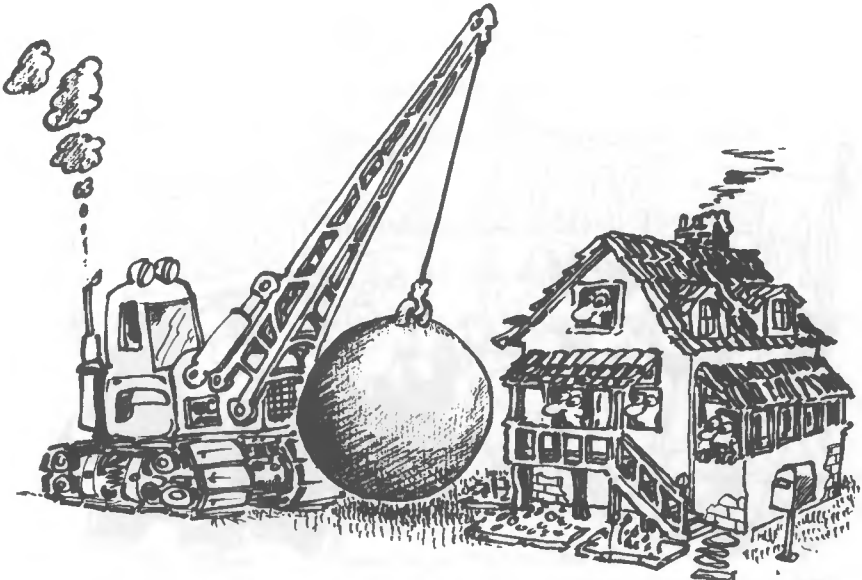

O MINISTÉRIO DA FAZENDA ADVERTE:
... COMER FAZ MAL À ECONOMIA!
HOMER SERRA 1995

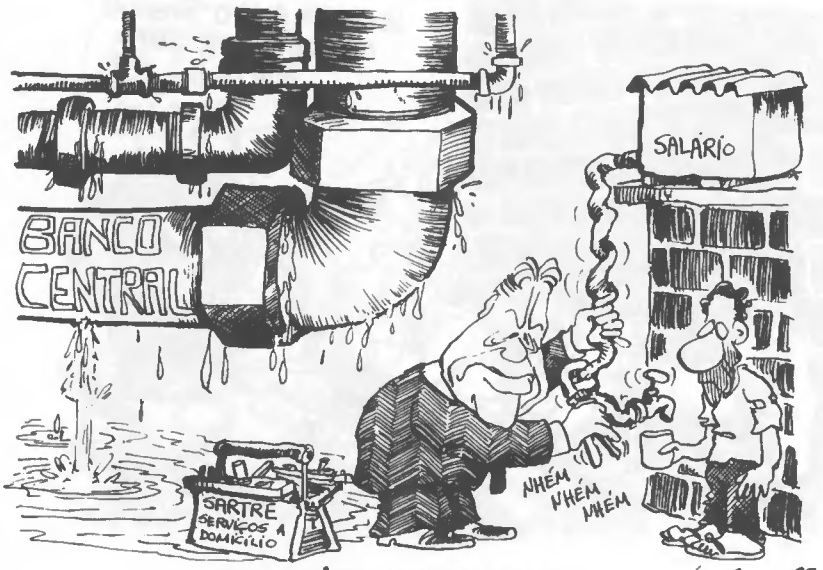

FUNCIONÁRIO PÚBLICO
95
PERDI UM BRAÇO NO GOVERNO MILITAR
PERDI O OUTRO NO GOVERNO SARNEY
PERDI UMA PERNA COM O COLLOR
A OUTRA COM O ITAMAR.
AGORA DIZEM QUE VÃO CORTAR DE NOVO...
PARA A GENTE PODER TRABALHAR MAIS!


JOÃOZINHO, QUAL É O ASSUNTO DA AULA DE HOJE?
MARKETING?
NA ESCOLA PÚBLICA
AQUI NÃO É O MÉXICO
LOR 95


PEGAMOS ESTE AQUI FALANDO DE DIREITOS TRABALHISTAS QUE VAMOS TIRAR DA CONSTITUIÇÃO!
CUT
FORÇA SINDICAL
LOR 95


VOLTA JÁ PARA O TRABALHO
OU CORTO ESTE SEU
PONTO!
FUNCIONÁRIO
PÚBLICO
LOR 95


A REFORMA DO ESTADO
LOR 95



BOMBEIRO-ENGANADOR



Poesia

MAR ADENTRO

Eu mergulho esta tarde na paisagem,
sentado frente ao mar, nalgum batente,
sou preso de tudo, de minha mente,
e me pesa na abulia uma ancoragem.

No meu mar interior, com sua aragem,
me abandono e navego pro ocidente,
ao naufrágio do sol, navio ardente,
o corpo é meu barco, minha bagagem.

À deriva e de rosto pra celagem,
adormeço na brisa, no ar corrente,
que me lambe com língua de serpente.

Sou um nauta esquecido da viagem,
e é a noite, que cai tão de repente,
pirata que me faz uma abordagem.

*Pedro Morote**

** Pedro Morote é poeta peruano da atualidade. Vive em Lima. Publicou Blasfemias y otras plegarias (Lima: Horizonte, 1985)*

(Tradução: José Américo Miranda, Prof. do Departamento de Letras Vernáculas/Fale-UFMG)



IMPRESSO



Caminhos é uma publicação
semestral da Associação Profissional
dos Docentes da UFMG
- Seção Sindical da Andes-SN -
Apubh, voltada à reflexão
dos temas relacionados
à vida universitária, estimulando
o debate, a crítica, a livre circulação
e a pluralidade de idéias.